

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2011

MENSAGEM DA DIRETORIA

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Companhia Hidrelétrica Teles Pires** apresenta a seguir, o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Financeiras Consolidadas** preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

PERFIL DA EMPRESA

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia"), constituída em 4 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A.

O aproveitamento Hidrelétrico Teles Pires, empreendimento de infraestrutura contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, foi arrematado no último leilão de geração de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelo Consórcio Teles Pires Energia Eficiente.

No evento de dezembro o Consórcio Teles Pires Energia Eficiente saiu vencedor do leilão de concessão para implementação da Usina Teles Pires, com uma proposta de deságio de 33% em relação à tarifa-teto. Depois do leilão, foi criada a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A., Sociedade de Propósito Específico (SPE), uma sociedade anônima de capital fechado, responsável por construir e fazer operar a UHE Teles Pires, que tem como acionistas as empresas Neoenergia (50,1%), Eletrobras-Eletrosul (24,5%), Eletrobras-Furnas (24,5%) e Odebrecht Energia (0,9%). Em junho de 2011 foi assinado o contrato de concessão da UHE Teles Pires.

A Usina Hidrelétrica Teles Pires está sendo construída no Rio Teles Pires, afluente do rio Tapajós, na fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso, nos municípios de Jacareacanga (PA) e Paranaíta (MT). A UHE Teles Pires terá potência instalada de 1.820 megawatts. O empreendimento se localiza no Rio Teles Pires, distante 330 km da junção com o Rio Juruena, ponto onde se forma o Rio Tapajós. O barramento está localizado na divisa dos estados de Mato Grosso e Pará, compreendendo os municípios de Paranaíta

- MT e Jacareacanga - PA. O empreendimento está a 945 quilômetros de Cuiabá, por via terrestre, e 85 quilômetros de Paranaíta, a cidade mais próxima.

Toda energia gerada pela UHE Teles Pires seguirá por uma linha de transmissão de uso restrito, de 7,5 km, que se conectará na SE Coleteira Norte. A conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN, será através de uma linha de transmissão de 500 KV, que terá seu ponto de conexão ao SIN na SE Ribeirãozinho no Estado do Mato Grosso, divisa com o Estado de Goiás.

A Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, sendo válida pelo período de 4 anos. A obtenção da LI marcou o início da montagem do canteiro de obras. Pelo cronograma físico apresentado, o início da operação comercial da primeira unidade geradora é para 30 de abril de 2015 e a conclusão da montagem das unidades geradoras para 30 de setembro de 2015. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. e comercializada pela Companhia, ocorrerá até abril de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção:

- 85% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e
- 15% serão destinados a comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

EVOLUÇÃO DA OBRA

Após a liberação da Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 que foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, começaram os trabalhos de construção da UHE Teles Pires.

No dia 19 de agosto 2011 foi assinado o contrato de empreitada integral Turn Key a preço global, para fornecimento de materiais, equipamentos e sistemas, montagem, serviços de engenharia, obras civis e comissionamento, com o Consórcio Construtor Teles Pires - CCTP. Este consórcio é composto pelas empresas: Odebrecht, Voith, Alstom, PCE e Intertechne. No dia 22 de agosto de 2011 a **Companhia Hidrelétrica Teles Pires** emitiu a Ordem de Serviço que

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	123	-	Fornecedores	10	42.719	-
Títulos e valores mobiliários	5	357.007	-	Obrigações de ressarcimento	13	1.651	-
Despesas pagas antecipadamente		2.115	-	Partes relacionadas	8	77	-
Outras contas a receber		1.513	-	Empréstimos	11	319.342	-
		360.758	-	Outras contas a pagar		5.054	-
						368.843	-
Não Circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais		1.119	-	Uso do bem-público	14	72.774	-
Devedores diversos		65	-			72.774	-
Imobilizado	6	388.159	-	Patrimônio líquido			
Intangível	7	72.774	-	Capital social	12	385.218	1
		462.117	-	Capital a integralizar			(1)
				Prejuízos acumulados		(3.960)	-
						381.258	-
Total do ativo		822.875	-	Total do passivo e patrimônio líquido		822.875	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício Findo em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1			
Capital integralizado	385.217	(1)	-	385.218
Prejuízo do exercício			(3.960)	(3.960)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	385.218		(3.960)	381.258

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de Dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

1 | INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A. (doravante denominada "Companhia"), constituída em 4 de novembro de 2010, é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a exploração da Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A., com potência instalada de 1.820 MW, e seu sistema de transmissão associado, localizado no Rio Teles Pires S.A., nos Municípios de Paranaíta, Estado do Mato Grosso, e Jacareacanga, Estado do Pará, em consonância com as regras emanadas no leilão do empreendimento, com seu contrato de concessão e demais regras aplicáveis. As atividades da Companhia são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Em 7 de junho de 2011, foi firmado o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia de Energia Elétrica nº 02/2011 (doravante designado "Contrato de Concessão"), entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio do Ministério de Minas e Energia, sob o regime de Produtor Independente de Energia Elétrica.

O referido Contrato de Concessão é regido pelo Código de Águas, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 8521/1938, pelo Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, aprovado pelo Decreto nº 41.019/1957, pelas Leis nº 8.974/1995, nº 9.074/1995, nº 9.427/1996, nº 9.648/1998, nº 10.848/2004, pelos Decretos nº 2.003/1996, nº 2.655/1998 e nº 5.163/2004.

O prazo do Contrato de Concessão é de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura. No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Hidrelétrica Teles Pires S.A. passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

A Licença de Instalação ("LI") nº 818/2011 foi emitida pelo IBAMA em 19 de agosto de 2011, sendo válida pelo período de 4 anos. A obtenção da LI marcou o início da montagem do canteiro de obras. Pelo cronograma físico apresentado, o início da operação comercial da primeira unidade geradora é para 30 de abril de 2015 e a conclusão da montagem das unidades geradoras para 30 de setembro de 2015. Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A. e comercializada pela Companhia, ocorrerá até abril de 2015. A energia assegurada foi negociada na seguinte proporção:

- 85% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA; e
- 15% serão destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

A Companhia está incorrendo em gastos relacionados com a implantação do aproveitamento hidroelétrico, os quais de acordo com as projeções financeiras deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização dos ativos imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos, dar-se-á a partir do início das operações.

Em 17 de agosto de 2011, foram firmados os contratos no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) através de contratos de comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") ao preço de R\$ 58,36 por MW/h. Em 19 de agosto de 2011, foi firmado um contrato em regime EPC ("Engineering Procurement and Construction"), no qual o Consórcio Construtor Teles Pires S.A. foi contratado para executar o projeto e as obras civis, fornecer e montar os equipamentos eletromecânicos do empreendimento.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação dessas Demonstrações Financeiras em 7 de fevereiro de 2012 e a Administração não está autorizada a fazer qualquer alteração após a emissão das demonstrações financeiras na data de 7 de fevereiro de 2012.

2 | RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) **Base de preparação** - As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos e as Orientações e as Interpretações emitidas pelo CPC.

(b) **Caixa e equivalentes de caixa** - Representam numerários em caixa, saldos em contas correntes de bancos e aplicações financeiras destinados ao cumprimento de obrigações de curto prazo da Companhia. Esses saldos possuem liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(c) **Títulos e valores mobiliários** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

(d) **Depósitos judiciais** - Registrados os valores determinados em juízo, acrescida a atualização sofrida no período em que os montantes estiverem depositados.

(e) **Imobilizado e intangível** - Registrados ao custo de aquisição ou construção, incluindo adiantamento a fornecedores, gastos a ratear de salários e encargos do pessoal, gastos socioambientais, amortizações de prêmios de seguros e juros de empréstimos, quando aplicáveis, todos diretamente atrelados à construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires.

(f) **Uso do bem-público** - A Companhia registrou o Uso do Bem-Público ("UBP") no ativo e no passivo, a valor presente, na data de assinatura do contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Teles Pires. Após o registro inicial, os saldos do UBP são atualizados mensalmente, com base na taxa que reflete o custo médio ponderado de capital quando da aquisição da concessão.

(g) **Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

(h) **Obrigações de ressarcimento** - Refere-se principalmente ao ressarcimento dos custos com o desenvolvimento dos Estudos de Inventário e de Viabilidade.

(i) **Empréstimos** - Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é conhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

(j) **Resultado** - É basicamente representado por gastos administrativos e receitas e despesas financeiras não atribuíveis diretamente à construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires. Tais valores são contabilizados de acordo com o regime de competência.

(k) **Ajuste a valor presente** - Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

(l) **Contrato de concessão** - Considerando a expectativa de venda do restante da energia assegurada no mercado livre, com preço superior ao preço estabelecido no leilão para atendimento ao mercado regulado, resultando em uma receita não regulada de valor relevante em relação à receita total esperada do contrato e a impossibilidade de separar fisicamente a infraestrutura de geração que irá produzir energia para atendimento ao mercado regulado e ao mercado livre, a Companhia não aplica o ICP 1 - "Contratos de Concessão".

3 | ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a administração faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Os ativos e passivos decorrentes de uso do bem-público são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação considerando as estimativas da administração.

À expectativa de venda do restante da energia assegurada no mercado livre, com preço superior ao preço estabelecido no leilão para atendimento ao mercado regulado, resulta em uma estimativa de receita não regulada de valor relevante em relação à receita total esperada do contrato e a impossibilidade de separar fisicamente a infraestrutura de geração que irá produzir energia para atendimento ao mercado regulado e ao mercado livre, sendo esse o motivo de não aplicação do pronunciamento técnico ICP 01.

4 | CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31 de dezembro de 2011
Fundo fixo	2
Bancos conta movimento	121
	123

5 | TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31 de dezembro de 2011
Títulos e valores mobiliários	357.007

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das

autorizou o CCTP a dar início à mobilização dos recursos visando o início da construção da UHE Teles Pires.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Companhia Hidrelétrica Teles Pires atua ativamente nas localidades onde está estabelecida, mantendo seu compromisso de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de convênios, ações filantrópicas, realização de obras, doações, programas de meio ambiente, além da realização de diversos patrocínios culturais.

Para compensar as interferências causadas pelo empreendimento foi elaborado o Projeto Básico Ambiental - PBA, onde estão sendo contemplados 44 programas nas diversas áreas; ambiental, social, apoio à infraestrutura local, saúde pública, educação e outros.

No período de implantação do empreendimento (38 meses) serão gerados uma média de 4.253 empregos diretos tendo o seu pico no 21º mês chegando a cerca de 6.000 empregos, sendo 45% dessa mão de obra contratada na própria região (Paranaíta, Alta Floresta e Jacareacanga).

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis, para um período de 1 (um) ano.

AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos Senhores membros do Conselho Fiscal, aos nossos clientes e fornecedores, aos nossos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício Findo em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais)

Despesas operacionais	
Pessoal	(1.342)
Honorários de diretoria e conselhos (Nota 9)	(825)
Alugueis	(570)
Viagens	(817)
Serviços de terceiros	(1.875)
Outras despesas operacionais	(1.085)
Prejuízo operacional	(6.514)
Despesas financeiras	(78)
Receitas financeiras	2.632
Resultado financeiro líquido	2.554
Prejuízo do exercício	(3.960)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício Findo em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais)

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Prejuízo do período		(3.960)
Depreciação e amortização		33
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais		
Títulos e valores mobiliários		(357.007)
Despesas pagas antecipadamente		(2.115)
Outras contas a receber		(1.513)
Depósitos judiciais		(1.119)
Devedores diversos		(65)
Fornecedores		42.719
Partes relacionadas		77
Obrigações de ressarcimento		1.651
Outras contas a pagar		5.054
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(316.245)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado		(388.049)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(704.294)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital		385.218
Empréstimo		319.199
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		704.417
Aumento da caixa e equivalentes de caixa		123
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		123
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		123
Aumento da caixa e equivalentes de caixa		123
Transações que não envolveram caixa		
Uso do bem-público (Nota 14)		72.774
		72.774

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

15 | INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros basicamente relacionados a aplicações financeiras em fundo exclusivo (Nota 5), as quais têm liquidez diária e são mantidas a valor de mercado.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em 2011. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

16 | COMPROMISSOS

Compromissos advindos do Contrato de Concessão

(a) Garantia de fiel cumprimento

A garantia de fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão, prestada pela Companhia conforme Edital de Leilão nº 04/2010-ANEEL, no montante de R\$ 166.427 (atendido através de seguro-garantia firmado com Tokio Marine Brasil Seguradora S.A., cujo prêmio foi pago antecipadamente e deverá ser amortizado pelo prazo de vigência da apólice), vigorará até três meses após o início da operação comercial da última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Teles Pires S.A., podendo ser substituída por novas garantias, de valor progressivamente menor, à medida que, de acordo com a fiscalização da ANEEL, atingir os marcos descritos a seguir:

Marco	Percentual liberado do montante inicial da garantia
Conclusão das instalações das centrais de britagem e concretagem	20%
Início da concretagem da casa de força	30%
Início da operação comercial de primeira unidade geradora	40%
Início da operação comercial de unidade geradora que integraliza 50% da potência total	85%
Final do terceiro mês posterior ao início da operação comercial da última unidade geradora	100%

(b) Pesquisa e desenvolvimento

Aplicar anualmente o montante mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 10.848/2004. A Companhia deve apresentar à ANEEL, anualmente, um programa contendo ações e metas físicas e financeiras, bem como a comprovação do cumprimento das obrigações junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.

(c) Compromissos ambientais

Conforme mencionado na nota 1 "Informações Gerais", a Companhia obteve a Licença de Instalação 818/2011 emitida pelo Ibama em 19/8/2011, válida por 4 anos referente ao barramento da Usina de Teles Pires S.A. contendo exigências para implementação de planos e programas socioambientais. Além disso foram assinados Termos de Compromisso entre a Companhia os municípios que a UHE Teles Pires S.A. exerce influência: Município de Paranaíta (Estado do Mato Grosso) e município de Alta Floresta (Estado do Mato Grosso) e município de Jacareacanga (Estado do Pará).

A Administração da Companhia demonstra gestão para o cumprimento das mesmas, porém até 31 de dezembro de 2011 alguns programas exigidos pelo órgão não estavam com todos os itens atendidos, conforme segue:

- PACM - Estado do Mato Grosso: construção de área física para depósito de insumos.
- PACM - Estado do Pará: itens comprados, mas não entregues ao município de Jacareacanga/PA conforme informado.
- PACM - Município de Paranaíta/MT: construção de área física de laboratório para malária (40 m²), construção de área física para depósito de insumos até 40 m² e uma reforma de área física do laboratório existente (pintura, colocação de vidros, revisão de parte elétrica e hidráulica).
- PACM - Município de Alta Floresta/MT: construção de área física para laboratório de malária (40 m²).
- PACM - Município de Jacareacanga/PA: itens comprados, mas não entregues ao município de Jacareacanga/PA, conforme informado.
- Termo de Compromisso - Estado Pará: todos os itens deste Termo.
- Termo de Compromisso - Município de Paranaíta/MT: participação/reunião no Grupo de Trabalho de acompanhamento dos programas de mitigação e compensação ambiental, valores associados às ações descritas no novo cronograma, comprovação da constituição do Fundo Garantidor ao Ministério Público.
- Termo de Compromisso - Município de Alta Floresta/MT: participação/reunião no Grupo de Trabalho de acompanhamento dos programas de mitigação e compensação ambiental, valores associados às ações descritas no novo cronograma, comprovação da constituição do Fundo Garantidor ao Ministério Público.
- Termo de Compromisso - Município de Jacareacanga/PA: convênio com o Ministério da Educação e Cultura no âmbito do Programa Proinfância, projeto de pavimentação do sistema viário do município, PBAI - Casa de Saúde Indígena (CASA) e fomento a produção agrícola indígena.

A Companhia está ciente da importância do atendimento integral da Licença de Instalação nº 818/2011 e de todas as exigências